



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**GOIÁS SUL GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
S.A.**

31 de dezembro de 2025

Com relatório dos auditores independentes sobre as
demonstrações financeiras

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	1
RELATÓRIO DO AUDITOR	2
BALANÇOS PATRIMONIAIS	5
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	6
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	7
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	9
1. INFORMAÇÕES GERAIS	10
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
3. GESTÃO DE RISCO	12
4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA	16
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXAS	19
6. CONTAS A RECEBER	19
7. OUTRAS CONTAS A RECEBER	20
8. IMOBILIZADO	20
9. INTANGÍVEL	23
10. FORNECEDORES	23
11. CONTAS A RECEBER E PAGAR A PARTES RELACIONADAS	23
12. DIVIDENDOS A PAGAR	24
13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	25
14. TRIBUTOS E OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	25
15. PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS	26
16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27
17. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	28
18. CUSTO DE VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA	29
19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	29
20. RESULTADO FINANCEIRO	29
21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	31
22. RESULTADO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO	32
23. COBERTURA DE SEGUROS	32
24. EVENTOS SUBSEQUENTES	32

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A Goiás Sul Geração de Energia Elétrica S.A. (“Goiás Sul” ou “Companhia”) apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia,

A Goiás Sul é uma sociedade anônima de capital fechado que faz parte do grupo Essentia Energia, cujo propósito é gerar negócios de alta rentabilidade no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia.

A Companhia tem como objetivo social a exploração de empreendimentos de geração de energia elétrica, atuando como produtora independente. Nesse contexto, é responsável pela operação de duas pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”): Goiandira e Nova Aurora.

As PCHs estão localizadas no estado de Goiás, no Rio Veríssimo, e possuem capacidade instalada total de aproximadamente 48 MW, sendo 27 MW referentes à PCH Goiandira e 21 MW à PCH Nova Aurora.

Governança corporativa

A Companhia mantém o seu sistema de gestão baseado nas melhores práticas de governança, atuando assim de forma ética e com respeito para com seus acionistas e demais partes relacionadas.

Responsabilidade ambiental e social

A Goiás Sul trabalha em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho.

A Companhia possui Políticas de Sustentabilidade que contemplam os aspectos ambientais, sociais e de saúde e segurança do trabalho. O cumprimento da legislação vigente e a preservação do meio ambiente, assim como a preservação da saúde de todos os seus colaboradores e de quem atua em seu nome são princípios primordiais e prioridades da Companhia.

Recursos humanos

O capital humano é extremamente relevante para a Goiás Sul, sendo a Companhia conduzida por profissionais altamente qualificados e com larga experiência no setor de energia.

A adoção de regras consoantes com as orientações recomendadas pelos órgãos de saúde e pelas autoridades públicas competentes refletem as medidas tomadas para garantir a saúde dos colaboradores e nas práticas perpetuadas pela Companhia, quais sejam: comunicação ativa, ações de higienização de espaços e áreas de circulação, flexibilização de jornadas e adoção do teletrabalho, entre outros.

Agradecimentos.

A Companhia registra os seus agradecimentos aos membros da Diretoria e do seu Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Companhia. Especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. A Companhia também deixa consignado seu agradecimento aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia no exercício de 2025.

A Administração



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da
Goiás Sul Geração de Energia Elétrica S.A.
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Goiás Sul Geração de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Goiás Sul Geração de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras do período anterior auditadas por auditor independente antecessor:

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício encerrado em 31 de Dezembro 2024 foram auditadas por outro auditor, que expressou uma opinião não modificada sobre essas demonstrações financeiras em 29 de Maio de 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de

continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de Abril de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

Ativos				Passivos			
	Nota	31/12/2025	31/12/2024		Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	35.711	15.981	Fornecedores	10	1.743	2.384
Contas a receber	6	8.101	7.832	Contas a pagar a partes relacionadas	11	152	8.570
IRPJ e CSLL a recuperar		12	-	Dividendos a pagar	12	377	-
Tributos a recuperar		57	149	IRPJ e CSLL	13	821	-
Despesas antecipadas		127	858	Tributos e obrigações trabalhistas	14	943	1.243
Contas a receber de partes relacionadas	11	-	3	Outras contas a pagar		-	28
Estoque		21	-	Total do passivo circulante		4.036	12.225
Outras contas a receber	7	231	60				
Total do ativo circulante		44.260	24.883				
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Provisão para processos judiciais	15	4.240	2.765
Despesas antecipadas		819	945	IRPJ e CSLL diferidos	13	594	-
Outras contas a receber	7	4.240	2.796	Total do passivo não circulante		4.834	2.765
		5.059	3.741				
				Patrimônio líquido			
Imobilizado	8	216.543	222.528	Capital social	16	216.024	216.024
Intangível	9	9.787	10.663	Reserva legal		13.405	11.419
Total do ativo não circulante		231.389	236.932	Reserva de lucros		37.350	19.382
				Total patrimônio líquido		266.779	246.825
Total do ativo		275.649	261.815	Total do passivo e patrimônio líquido		275.649	261.815

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GOIÁS SUL GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma



	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de vendas	17	66.894	65.562
Custo de venda de energia elétrica	18	(25.376)	(26.669)
Lucro bruto		41.518	38.893
Despesas gerais e administrativas	19	(2.491)	(2.019)
Lucro operacional		39.027	36.874
Receitas financeiras	20	4.455	1.289
Despesas financeiras	20	(19)	(97)
Resultado financeiro		4.436	1.192
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		43.463	38.066
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	(3.156)	(2.442)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	(594)	-
Lucro líquido do exercício		39.713	35.624
Resultado básico e diluído atribuível por lote de mil ações R\$	22	0,148	0,133

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GOIÁS SUL GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024



Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	39.713	35.624
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente	<u>39.713</u>	<u>35.624</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GOIÁS SUL GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma



	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2024	216.024	9.638	22.370	-	248.032
Lucro líquido do exercício	-	-	-	35.624	35.624
Reserva legal	-	1.781	-	(1.781)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(8.462)	(8.462)
Dividendos adicionais propostos	-	-	(28.369)	-	(28.369)
Constituição de reserva de lucros	-	-	25.381	(25.381)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	216.024	11.419	19.382	-	246.825
Lucro líquido do exercício	-	-	-	39.713	39.713
Reserva legal	-	1.986	-	(1.986)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(377)	(377)
Dividendos adicionais propostos	-	-	(19.382)	-	(19.382)
Constituição de reserva de lucros	-	-	37.350	(37.350)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	216.024	13.405	37.350	-	266.779

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GOIÁS SUL GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma



	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		43.463	38.066
Ajustes de receitas e despesas			
Depreciação e amortização	8 a 9	10.287	10.295
Amortização de ativo de direito de uso		-	66
Baixa de ativo imobilizado		30	214
Provisão de juros - passivo de arrendamento		-	6
Variações nos ativos operacionais			
Contas a receber	6	(269)	(109)
Tributos a recuperar		80	-
Estoque		(21)	(2)
Contas a receber de partes relacionadas		3	19
Despesas antecipadas		857	118
Outras contas a receber	7	(140)	203
Variações nos passivos operacionais			
Fornecedores	10	(641)	(1.439)
Contas a pagar a partes relacionadas	11	43	109
Tributos e obrigações trabalhistas a pagar	14	(326)	(489)
Outras contas a pagar		(28)	28
Caixa gerado pelas atividades operacionais		53.338	47.085
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.309)	(2.425)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		51.029	44.659
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	8 a 9	(3.456)	(346)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(3.456)	(346)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	12	(27.843)	(35.827)
Pagamento de arrendamento mercantil		-	(30)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(27.843)	(35.857)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		19.730	8.456
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		15.981	7.525
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		35.711	15.981

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Contexto operacional

A Goiás Sul Geração de Energia Elétrica S.A. (“Goiás Sul” ou “Companhia”), com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 17 de janeiro de 2006, controlada pela Essentia PCHs S.A. (“Controladora” ou “Essentia PCHs”) e controlador final, o Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia (“Pátria”).

Produtor independente de energia elétrica, constituído em 17 de janeiro de 2006, conforme Resolução nº 703, de 17 de dezembro de 2002, com o propósito de construir, operar e manter a PCH Goiandira e Resolução Autorizativa nº 59, de 17 de fevereiro de 2004, com o propósito de construir, operar e manter a PCH Nova Aurora, ambas localizadas no Rio Veríssimo, Goiás, cuja energia é gerada por meio de quatro unidades geradoras sendo duas para a PCH Goiandira (27 MW) e duas para a PCH Nova Aurora (21 MW), bem como as instalações de interesse restrito, constituídas de uma Subestação Elevadora da PCH Goiandira, de onde parte uma linha de transmissão em 69 kV com aproximadamente 20 km de extensão até a Subestação da PCH Nova Aurora, 24.000 kVA, 6,9 kV/69 kV, interligando de forma compartilhada as duas usinas ao sistema, por meio de um ramal de circuito simples em 69 kV, com aproximadamente 40 km de extensão até a Subestação Ipameri.

O início da operação comercial da PCH Goiandira foi autorizado pela ANEEL com a entrada em operação da primeira unidade geradora a partir de 08 de dezembro de 2010 (Despacho nº 3.766/2010) e da PCH Nova Aurora em 18 de janeiro de 2011 (Despacho nº 12/2011).

Em 31 de janeiro de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 11.023/2021, que alterou o prazo da outorga de autorização da PCH Goiandira, que passou a ser até 11 de novembro de 2040, e da PCH Nova Aurora, que passou a ser até 19 de janeiro de 2041.

Em 15 de agosto de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 3.242/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH Goiandira, que passa a ser até 13 de junho de 2045, e da PCH Nova Aurora, que passa a ser até 2 de setembro de 2045.

Situação financeira

O Capital Circulante Líquido (CCL) da Companhia, que representa a diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, apresentou, em 31 de dezembro de 2025, valor positivo de R\$ 40.224 (R\$ 12.658 em 31 de dezembro de 2024).

	31/12/2025	31/12/2024
Total do ativo circulante	44.260	24.883
Total do passivo circulante	4.036	12.225
Capital circulante líquido negativo	40.224	12.658

1.2 Contratos de energia

A Companhia é detentora das usinas Goiandira e Nova Aurora, negociou energia elétrica no 1º Leilão de Energia Nova, realizado em 16 de dezembro de 2005, também na modalidade quantidade de energia, ao preço de R\$ 99,95 por MWh (R\$ 287,53 por MWh em 31 de dezembro de 2025), com venda destinada a 31 distribuidoras de energia elétrica, distribuídas por todos os submercados.

SPE	Usina	Estado	Capacidade MW	Energia Assegurada - MWm	Contratos de Venda - MWm	Início da autorização	Fim da autorização
Goiás Sul (i) e (ii)	Goiandira	GO	27	17,09	16	01/01/2010	31/12/2039
Goiás Sul (i) e (ii)	Nova Aurora	GO	21	12,37	12	01/01/2010	31/12/2039
Total			48	29,46	28		

Os principais motivos para as alterações nos prazos das outorgas são:

- (i) Houve a alteração na Lei nº 9.427/1996, que determinou que as outorgas de usinas com prazo de vigência de 30 anos que entraram em operação antes do mês de setembro de 2020 e que não sofreram nenhuma penalidade em decorrência de não cumprimento do cronograma de implantação, terão seus prazos de autorização contados a partir da declaração da operação comercial da primeira unidade geradora.
- (ii) Ocorreu a publicação da Lei nº 14.052/2020, a qual teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) por efeitos causados por empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física e às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento; e, de forma retroativa, por geração fora da ordem e importação. De acordo com a Lei, essa compensação ocorrerá por meio da extensão do prazo das outorgas de geração.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 28 de abril de 2026.

2.2 Principais políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas juntamente com suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.3 Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis

Norma / Pronunciamento	Vigência	Principais pontos novos/alterados
CPC 02 -Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	A partir de 1º de janeiro de 2025	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante
Norma / Pronunciamento	Vigência	Principais pontos novos/alterados
CPC 48 / CPC 40 (R1) – Alterações em Instrumentos Financeiros	A partir de 1º de janeiro de 2026	Revisão de critérios de classificação e mensuração; amplia divulgações sobre riscos, inclusive ESG.
CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (substitui CPC 26)	A partir de 1º de janeiro de 2027	Nova estrutura das DF; categorias obrigatórias de receitas e despesas; novas métricas de desempenho; reforço nas regras de agregação/desagregação.

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras. E, pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão condizentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

2.5 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e a de apresentação da Companhia é o Real. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

(b) Transações e saldos

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía ativos e passivos mensurados em moedas estrangeiras.

2.6 Uso de estimativas e julgamentos críticos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia exige o uso de estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamentos por parte da Administração. Esse processo envolve a aplicação das políticas contábeis materiais da Companhia em áreas que requerem maior nível de julgamento, caracterizadas por sua complexidade. Adicionalmente, são destacadas as áreas onde as premissas e estimativas possuem impacto significativo na elaboração das demonstrações financeiras.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas da Companhia não apresentam riscos significativos, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 8 – Imobilizado:** Aplicação das vidas úteis definidas e taxas de depreciação;
- **Nota explicativa 9 – Intangível:** Aplicação das vidas úteis definidas e taxa de amortização;
- **Nota explicativa 15 – Provisão para processos judiciais:** Reconhecimento e mensuração de provisão para processos judiciais têm como principais premissas a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

3. GESTÃO DE RISCO

3.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia estão expostas a fatores de riscos financeiros: a) risco de crédito e b) risco de liquidez. O

programa de gestão de risco da companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pelo departamento de Tesouraria, seguindo as políticas da Companhia. A Tesouraria identifica, avalia e recomenda ações contra eventuais riscos financeiros em cooperação com a Administração.

O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Administração da Companhia gerencia sua exposição:

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes	Análise de vencimento	Gestão de caixa através de instituições financeiras de primeira linha, definição de limites de concentração/exposição máxima, monitoramento dos ratings pelas principais agências.
		Avaliação de crédito	
Risco de liquidez	Partes relacionadas e fornecedores	Previsões de fluxo de caixa	Manutenção de caixa mínimo, monitoramento dos fluxos previstos e realizados, manutenção de aplicações financeiras com liquidez conforme necessário.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função das variações do CDI e IPCA.

A seguir é apresentada a tabela do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, considerando o pronunciamento técnico *IFRS 7 – Financial Instruments: Disclosures* (CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros): Evidenciação e os saldos dos principais instrumentos financeiros, mostrando como a despesa e a receita teriam sido reconhecidas no resultado financeiro naquela data para a Companhia, ou seja, como seriam afetados pelas mudanças no risco relevante variável que sejam razoavelmente possíveis naquela data.

Para verificar a sensibilidade da variação desses indicadores, na data-base 31 de dezembro de 2025, foram definidos três cenários diferentes, com base no cenário macroeconômico e alinhados à expectativa da Administração da Companhia: (i) considerando a taxa esperada (índices obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado) para 31 de dezembro de 2026 (impacto provável no resultado); (ii) com depreciação e apreciação de 25%, e (iii) com depreciação e apreciação de 50%.

Instrumento	Indexador	Saldo em exposição	31/12/2025				
			Cenário I	Cenário II		Cenário III	
			Impacto provável no resultado	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%
	CDI		13,44%	10,08%	16,80%	6,72%	20,16%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	35.597	4.800	3.600	6.000	2.400	7.200

(a) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

Para minimizar o risco associado às instituições financeiras, a Companhia mantém relacionamento com bancos de forma a diversificar suas operações. Os investimentos relacionados à sobra de caixa só podem ser feitos em instituições ou fundos que apresentem um patrimônio líquido mínimo adequado, com liquidez conforme o uso previsto do caixa classificados como baixo risco segundo mercado local.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência nos seus ativos financeiros com instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não existiam aplicações financeiras com saldos vencidos ou *impaired* e a totalidade dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de ativos financeiros estão aplicados em instituições consideradas de primeira linha pela Administração.

A Companhia avaliou seu histórico de recebimento do contas a receber e identificou que não está exposto a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Tesouraria, que monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação.

A Tesouraria investe o excesso de caixa em Certificados de Depósito Bancário (“CDBs”), escolhendo instrumentos com baixo nível de risco, com vencimentos apropriados, com liquidez diária ou liquidez suficiente para fornecer margem adequada, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Na data deste balanço, a Companhia mantinha CDBs e caixa disponível de R\$35.711 (R\$15.981 em 31 de dezembro de 2024).

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, não-descontados, excluindo impacto de acordos de compensação correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

	Vencimentos	
	Até um ano (i)	Total geral
Em 31 de dezembro de 2025		
Fornecedores	1.743	1.743
Contas a pagar a partes relacionadas	152	152
Dividendos a pagar	377	377
Em 31 de dezembro de 2024		
Fornecedores	2.384	2.384
Contas a pagar a partes relacionadas	8.570	8.570
Outras contas a pagar	28	28

(i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas nos vencimentos contratuais remanescentes.

A Companhia adotou a premissa de não considerar os efeitos de atualizações monetárias baseadas em projeções macroeconômicas futuras para elaboração dos fluxos de caixa não descontados das rubricas de fornecedores, contas a pagar a partes relacionadas, dividendos a pagar e outras contas a pagar.

A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as

obrigações decorrentes de legislação.

3.3 Outros riscos considerados relevantes

(a) Risco regulatório

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre essas atividades.

(b) Risco hidrológico

Conforme as regras do setor às usinas da Companhia foram atribuídas pelo Ministério de Minas e Energia (“MME”) valores de Garantia Física que determina o potencial médio de geração estimado para aqueles empreendimentos e, conseqüentemente, o montante de lastro de energia que estas usinas têm para vender no mercado.

Adicionalmente, temos o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), um sistema de compartilhamento do risco hidrológico entre as usinas hidrelétricas do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Nesse arranjo, a energia efetivamente atribuída a cada usina não depende exclusivamente de sua geração física, mas do desempenho hidrológico agregado do sistema, sendo distribuída proporcionalmente à sua Garantia Física.

Como consequência, períodos de menor hidrologia reduzem a energia alocada a todo o conjunto de geradores hidráulicos ($GSF < 1$), gerando exposição ao mercado de curto prazo, enquanto períodos favoráveis têm o efeito oposto.

Desta forma, o Mecanismo reduz o risco operacional individual das usinas da Companhia participantes, porém mantém uma exposição sistêmica às condições hidrológicas, a qual pode resultar na necessidade de compra de energia para cumprimento de contratos impactando os resultados financeiros da Companhia.

Para mitigar estes eventuais impactos a Companhia tem uma Política de Comercialização de Energia estruturada, aprovada pelo Comitê de Comercialização de Energia da empresa, onde a área Comercial monitora regularmente as necessidades de compra e venda de energia da Companhia no curto e longo prazo, não deixando a empresa exposta aos riscos de variação de preços do mercado (PLD). Além disso, algumas das usinas do portfólio com contratos no mercado regulado, aderiram à repactuação do risco hidrológico ofertada pelo Governo em 2015/2016, permitindo a transferência de parte dessa exposição aos consumidores mediante pagamento de prêmio. Com a adesão, estas usinas passaram a ter o impacto do GSF limitado à 90%, reduzindo assim a volatilidade financeira em cenários hidrológicos adversos.

(c) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos na Companhia. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos.

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo e em 16 de janeiro de 2025 o Presidente Lula sancionou a Lei Complementar nº 214/25 que regulamenta a Reforma, no entanto, vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”).

O modelo da Reforma está baseado em IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Haverá um período de transição de 2026 até 2033, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

(d) Mudanças climáticas

As mudanças climáticas têm um impacto significativo na geração de energia hidrelétrica. A disponibilidade de água é fundamental para gerar eletricidade através das hidrelétricas, e as mudanças no clima podem afetar o fluxo de água nos rios e, conseqüentemente, a produção de energia elétrica.

As hidrelétricas são projetadas para lidar com variações na disponibilidade de água, mas eventos extremos de seca e cheias podem representar um desafio significativo para a geração de energia elétrica principalmente para as pequenas centrais hidrelétricas. Para se prevenir desses eventos, a Companhia tem adotado as seguintes medidas:

1. Monitoramento constante dos níveis de água nos reservatórios e nos rios para antecipar possíveis eventos extremos e tomar medidas preventivas.
 2. Utilização de previsões meteorológicas para se preparar para eventos extremos, como cheias ou secas prolongadas.
 3. Criação de Comitê de Comercialização de Energia que gerencia o balanço energético da Companhia, monitorando as condições do GSF, e a disponibilidade de cada usina para atendimento de seus contratos, administrando o portfólio da forma mais eficiente possível.
- Essas medidas são importantes para garantir a segurança e a eficiência da geração de energia elétrica em condições extremas de clima.

(e) Risco de *impairment*

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo ou grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou indicativos de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

(a) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a respectiva empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). Não há ativos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado abrangente (“VJORA”).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Mensuração subsequente de ganhos e perdas

VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(c) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(d) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Não foram compensados instrumentos financeiros em nenhum dos períodos apresentados.

(e) Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não foram identificados indicativos de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos financeiros.

Não houve mudança na classificação dos ativos financeiros entre os métodos de avaliação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

(f) Instrumentos financeiros mensurados a custo amortizado

Ativos financeiros

Os ativos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado conforme o balanço da Companhia estão apresentados abaixo:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativos financeiros		

Ao custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	35.711	15.981
Contas a receber	8.101	7.832
Outras contas a receber	4.471	2.856

Passivos financeiros

Ao custo amortizado:		
Fornecedores	1.743	2.384
Contas a pagar a partes relacionadas	152	8.570
Dividendos a pagar	377	-
Outras contas a pagar	-	28

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXAS

Política contábil

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas ao custo amortizado e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado da Companhia.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Recursos em banco e em caixa	114	1
Recursos em aplicações financeiras (i)	35.597	15.980
Total	<u>35.711</u>	<u>15.981</u>

(i) As aplicações financeiras são em CDBs com liquidez imediata, remunerados a uma taxa média de 99,38% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (98% do CDI em 31 de dezembro 2024).

6. CONTAS A RECEBER

Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas esperadas.

A Administração efetua análise criteriosa no contas a receber de clientes e de acordo com a abordagem simplificada. Quando necessário, é constituída uma provisão para perdas esperadas para cobrir eventuais perdas desses ativos em sua realização.

A Companhia avaliou seu histórico de recebimento do contas a receber e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

(“CCEE”), diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Administração não julgou necessário o reconhecimento de provisão para perdas esperadas e por esse motivo não há índice de perda estimadas de créditos para as contas a receber de clientes a vencer e vencidas. O saldo é composto conforme disposto abaixo:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Venda de energia	8.101	7.832
Total	<u>8.101</u>	<u>7.832</u>

Segue a abertura dos saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
A vencer	8.054	7.386
Vencidos de 1 a 30 dias	47	446
Total	<u>8.101</u>	<u>7.832</u>

7. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Política contábil

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança e decorrem de eventos passados. Os ativos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Circulante		
Adiantamento a funcionários	31	60
Adiantamento a fornecedores	20	-
Outros ativos	180	-
	<u>231</u>	<u>60</u>
Não circulante		
Neoenergia S.A. (i)	4.240	2.796
	<u>4.240</u>	<u>2.796</u>
Total	<u>4.471</u>	<u>2.856</u>

(i) Contas a receber referentes ao direito de ressarcimento previsto em contrato de aquisição, relacionado a eventuais desembolsos decorrentes de processos judiciais existentes à data da aquisição da Neoenergia S.A., cuja responsabilidade foi assumida pela parte vendedora. A realização do ativo está condicionada à efetiva materialização dos respectivos processos, os quais são avaliados periodicamente pela Administração.

8. IMOBILIZADO

Política contábil

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que

possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

As taxas anuais de depreciação dos bens vinculados ao setor elétrico estabelecidas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, deverão ser adotadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de geração, transmissão e distribuição. Os outorgados, cujo ato de outorga não prevê indenização dos bens ao término do prazo contratual, devem amortizar esses bens pelo prazo da concessão/autorização.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Sempre que um bem sofrer um reparo, reforma ou transformação que resulte na alteração de sua vida útil, este valor poderá ser imobilizado em adição ao valor residual do ativo. A contagem da vida útil do bem deverá ser reiniciada, de acordo com as vidas úteis estimadas.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado.

Teste de redução ao valor recuperável

A Companhia avalia anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem possível perda no valor recuperável de seus ativos, a necessidade de realização de teste de impairment.

A administração não identificou indícios de perda no valor recuperável dos ativos, não sendo necessária a realização de testes de impairment no exercício.

Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição e movimentação do ativo imobilizado

	Imobilizado em andamento	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Máquinas, equipamentos e outros	Edificações, obras civis e benfeitorias	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	1.275	20.322	73.022	99.817	37.021	231.457
Adição	317	-	14	15	-	346
Baixas	(214)	-	-	-	-	(214)
Depreciação	-	-	(2.429)	(5.233)	(1.399)	(9.061)
Transferência	453	-	-	(934)	481	-
Saldo contábil líquido	1.831	20.322	70.607	93.665	36.103	222.528
Custo	1.831	20.322	100.787	163.642	51.265	337.847
Depreciação acumulada	-	-	(30.180)	(69.977)	(15.162)	(115.319)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.831	20.322	70.607	93.665	36.103	222.528
Adições	94	-	2.818	142	44	3.098
Depreciação	-	-	(2.434)	(5.222)	(1.397)	(9.053)
Baixas	(18)	-	-	(12)	-	(30)
Transferências	(66)	-	-	66	-	-
Saldo contábil líquido	1.841	20.322	70.991	88.639	34.750	216.543
Custo	1.841	20.322	103.606	163.838	51.310	340.917
Depreciação acumulada	-	-	(32.615)	(75.199)	(16.560)	(124.374)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.841	20.322	70.991	88.639	34.750	216.543
Taxa média de depreciação	-	-	2,35%	3,19%	2,72%	-

9. INTANGÍVEL

Política contábil

Registrado ao custo de aquisição, combinado com as amortizações calculadas pelo método linear, às taxas anuais. A companhia registra no ativo intangível valores referentes a aquisições de softwares e direito de autorização.

Teste de redução ao valor recuperável

A Companhia avalia anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem possível perda no valor recuperável de seus ativos, a necessidade de realização de teste de *impairment*.

A administração não identificou indícios de perda no valor recuperável dos ativos, não sendo necessária a realização de testes de *impairment* no exercício.

	Direito de autorização	Software	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	11.805	92	11.897
Amortização	(1.234)	-	(1.234)
Saldo contábil líquido	10.571	92	10.663
Custo	14.862	303	15.165
Amortização acumulada	(4.291)	(211)	(4.502)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	10.571	92	10.663
Adições	-	358	358
Amortização	(1.233)	(1)	(1.234)
Saldo contábil líquido	9.338	449	9.787
Custo	14.862	661	15.523
Amortização acumulada	(5.524)	(212)	(5.736)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	9.338	449	9.787
Taxa média de amortização	8,30%	0,15%	-

10. FORNECEDORES

Política contábil

O saldo de fornecedores representa obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

	31/12/2025	31/12/2024
Materiais e serviços	809	2.360
Compra de energia	934	24
Total	1.743	2.384

11. CONTAS A RECEBER E PAGAR A PARTES RELACIONADAS

Política contábil

Os saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas e compartilhamento de custos, decorrem de transações com a Companhia, as

quais foram realizadas em condições acordadas entre as partes para os respectivos tipos de operações, conforme apresentado a seguir:

(a) Composição das partes relacionadas

Empresas	Natureza	31/12/2025		31/12/2024	
		Ativo circulante	Passivo circulante	Ativo circulante	Passivo circulante
Essentia PCHs S.A.	Custo compartilhado	-	123	-	109
Essentia PCHs S.A.	Dividendos a pagar (i)	-	-	-	8.461
Infraestrutura Brasil Holding I S.A.	Custo compartilhado	-	29	3	-
Total		-	152	3	8.570

(i) Em 31 de dezembro de 2025, determinados saldos foram reclassificados para a rubrica de dividendos a pagar, conforme detalhado na Nota Explicativa 12. A movimentação dos exercícios de 2024 e 2025 está apresentada na referida nota.

(b) Impacto no resultado

Empresas	Natureza	31/12/2025	31/12/2024
		Resultado	Resultado
Essentia PCHs S.A.	Despesa de custo compartilhado	1.472	992
Chapada Branca Holding S.A.	Despesa de custo compartilhado	420	-
Total		1.892	992

Compartilhamento de custos e despesas

Em 31 de dezembro de 2025 as despesas de folha de pagamento foram registradas na Controladora e rateadas para as controladas de acordo com a capacidade instalada de cada usina.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não houve valores de remuneração do pessoal chave da Administração, pois as despesas estão sendo centralizadas por outra empresa controlada pelo Pátria. O montante incluindo encargos e benefícios corresponde a R\$ 9.078 (R\$ 4.271 em 31 de dezembro de 2024).

12. DIVIDENDOS A PAGAR

Política contábil

Os saldos de ativos e passivos, são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando aprovados pelos acionistas, ou quando declarados pela Administração, conforme previsto no estatuto social da Companhia. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados com base no lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da legislação societária vigente, e registrados como obrigação no encerramento do exercício social, conforme apresentado a seguir:

(a) Composição dos dividendos

	31/12/2025	31/12/2024
	Passivo circulante	Passivo circulante
Essentia PCHs S.A. (i)	377	-
	377	-

(i) Em 31 de dezembro de 2024, os valores ora apresentados estavam classificados na rubrica divulgada na Nota Explicativa nº 11, razão pela qual o saldo nesta nota era zero naquela data. Em 31 de dezembro de 2025, houve reclassificação desses montantes para a rubrica de dividendos a pagar.

(b) Movimentação dos dividendos

	<u>Passivo circulante</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2024	7.457
Ingresso	30.831
Liquidação	(29.827)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	8.461
Ingresso	19.759
Liquidação	(27.843)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	377

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil

Os saldos de imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os tributos diferidos são constituídos com base nas diferenças temporárias existentes entre a receita financeira de aplicação financeira competência registrada na contabilidade e a receita financeira de aplicação financeira caixa utilizada como base para tributação do fiscal. Os impostos diferidos foram calculados utilizando como forma de tributação o lucro presumido.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Circulante		
Imposto de renda e Contribuição social a pagar (i)	821	-
	821	-
Não circulante		
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	594	-
	594	-
Total	1.415	-

(i) Em 31 de dezembro de 2024, os saldos encontravam-se classificados na rubrica de tributos e obrigações trabalhistas, vide Nota Explicativa nº 14. Em 31 de dezembro de 2025, tais saldos foram reclassificados para a rubrica de imposto de renda e contribuição social a recuperar, visando melhor refletir sua natureza.

14. TRIBUTOS E OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Política contábil

Os tributos e obrigações trabalhistas a pagar são mantidos no passivo com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial Companhia os valores contábeis que serão objeto de pagamento futuro.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Circulante		
Imposto de renda e Contribuição social a pagar (i)	-	598
ICMS a pagar	8	4
ISS a pagar	22	-
PIS e COFINS a pagar	510	219
Salários, provisões e encargos sociais	347	345
Outros tributos	56	77
Total	<u>943</u>	<u>1.243</u>

(i) Em 31 de dezembro de 2025, os saldos foram reclassificados para a rubrica de Imposto de renda e contribuição social, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 13.

15. PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS

Política contábil

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Trabalhistas

Referem-se a ações movidas por ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas-extras, danos morais e materiais, equiparação/reenquadramento salarial, adicional de periculosidade, discussão sobre plano de cargos e salários entre outras, e ações movidas por ex-empregados de prestadores de serviços (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial, indenizatória, ambiental, fundiária, regulatória e propriedade intelectual, movidas por ou em face de pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais, danos morais, dentre outros.

Tributárias

Referem-se a ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tais como contribuições sociais, ICMS, IRPJ, PIS/COFINS, INSS, dentre outros.

(a) Composição da provisão para processos judiciais prováveis de perda

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Cíveis	4.240	3.861
(-) Depósitos judiciais - Cível	-	(1.096)
Total	<u>4.240</u>	<u>2.765</u>

(b) Movimentação da provisão para processos judiciais prováveis

	Natureza	
	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.414	2.414
(-) Reversões	(26)	(26)
Atualização monetária	377	377
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.765	2.765
(-) Reversões (i)	1.096	1.096
Atualização monetária	379	379
Saldos em 31 de dezembro de 2025	4.240	4.240

(i) Reversão de provisão de depósito judicial.

(c) Os passivos contingentes possíveis são demonstrados como segue:

Natureza	31/12/2025	31/12/2024
Ambientais	130	3.562
Cíveis	3.639	3.228
	3.769	6.790

A seguir um resumo da natureza dos principais processos, isoladamente ou em conjunto:

(i) Ambientais:

- Autos de Infração lavrados pelo Ibama por suposto resgate de fauna ocorrido em desacordo com a autorização obtida, suposto resgate de ictiofauna supostamente sem autorização do órgão competente e suposto descumprimento de condicionante estipulada na licença de operação;
- Autos de Infração lavrados pelo Instituto de Meio Ambiente por suposta execução de obras com a licença vencida e suposto desatendimento ao prazo estipulado pelo Órgão para apresentação de documentos ambientais solicitados;
- Duas ações civis públicas movidas pelo Ministério Público de Goiás por suposta não aprovação do Plano Ambiental de Conservação e uso do Entorno de Reservatório Artificial e por supostos danos ambientais à área de preservação permanente.

(ii) Cíveis: Processo administrativo relacionado a mortalidade de peixes, obras potencialmente poluidoras e resgate de ictiofauna.

Principais movimentações:

A ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público de Goiás em face da Companhia por supostos danos ambientais à APP do entorno das PCHs de Goiandira e Nova Aurora, foi proferida sentença julgando parcialmente procedente os pedidos feitos pelo MP. Recurso de apelação em elaboração.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o capital social subscrito da Companhia era de R\$ 216.024, dividido em 268.067.195 ações, totalmente subscritas e integralizadas.

A Companhia não possui um limite de ações autorizadas.

A seguir a composição do capital social subscrito e integralizado por ações ordinárias:

	31 de dezembro de 2025			31 de dezembro de 2024		
	Participação - %	Quantidade de ações	Capital social integralizado	Participação - %	Quantidade de ações	Capital social integralizado
Acionistas						
Essentia PCHs S.A.	100%	268.067.195	216.024	100%	268.067.195	216.024
Total	100%	268.067.195	216.024	100%	268.067.195	216.024

(b) Reserva legal

A Companhia constitui a reserva legal em conformidade com o disposto no Lei nº 6.404/1976, mediante a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, até que atinja o limite de 20% do capital social, conforme previsto na legislação vigente. Em 31 de dezembro de 2025, o montante constituído de reserva legal era de R\$1.986.

(c) Reserva de lucros

O montante registrado em reserva de lucros refere-se a dividendos adicionais propostos pela Administração, sujeitos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária. Em 31 de dezembro de 2025 o montante era de R\$37.350 (R\$19.382 em 31 de dezembro de 2024).

(d) Dividendos

A Companhia destina, no exercício, o percentual de 1% do lucro líquido ajustado a título de dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto em seu estatuto social, permanecendo o montante remanescente do lucro à disposição para deliberação da Assembleia Geral Ordinária. Os montantes destinados e/ou propostos no exercício são apresentados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

17. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

Política contábil

A receita é reconhecida quando o controle dos bens é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito por esses bens. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é composta pela receita ocorrida pela venda de energia elétrica (faturada ou não faturada).

Os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	31/12/2025		31/12/2024	
	MWh	Valor	MWh	Valor
Receita				
Receita com energia	252.285	69.381	260.554	68.238
Receita com energia CCEE	-	261	-	-
Deduções				
(-) Impostos sobre vendas	-	(2.542)	-	(2.495)
(-) Encargos sobre concessão	-	(206)	-	(181)
Total	252.285	66.894	260.554	65.562

18. CUSTO DE VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA

Custo de venda de energia elétrica	31/12/2025	31/12/2024
Energia elétrica comprada para revenda (a)	7.130	8.435
Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão	1.686	1.500
Custo de operação (b)	16.560	16.734
Total	25.376	26.669

(a) Custo de energia elétrica comprada para revenda

	31/12/2025	31/12/2024
Energia elétrica comprada para revenda	6.167	6.598
Custo de liquidação CCEE	963	1.837
Total	7.130	8.435

(b) Custo de operação

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	2.040	1.606
Manutenções, materiais e serviços de terceiros	4.233	3.788
Depreciações e amortizações - direito de uso	-	50
Depreciações e amortizações	10.287	10.294
Outros custos de operação	-	996
Total	16.560	16.734

19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	1.085	29
Serviços de terceiros	467	132
Seguros	737	842
Despesas tributárias	-	(12)
Outras despesas operacionais	201	36
Despesas compartilhadas	-	992
Total	2.491	2.019

20. RESULTADO FINANCEIRO

Política contábil

As receitas financeiras sobre aplicações financeiras são reconhecidas usando a taxa de juros de mercado prevista contratualmente. Os juros são incorporados às aplicações financeiras, em contrapartida de receitas financeiras.

As receitas financeiras sobre as contas a receber em atraso são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando a taxa de juros prevista contratualmente. Os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receitas financeiras.

Não foram realizadas compensações entre receitas e despesas financeiras.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	4.450	1.285
Variação cambial	4	-
Outras receitas financeiras	1	4
Total das receitas financeiras	<u><u>4.455</u></u>	<u><u>1.289</u></u>
Despesa financeira		
Outras despesas financeiras	(19)	(97)
Total das despesas financeiras	<u><u>(19)</u></u>	<u><u>(97)</u></u>
Resultado financeiro	<u><u>4.436</u></u>	<u><u>1.192</u></u>

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil

Na Companhia, a tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita, onde a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota de 9%. Os tributos diferidos são constituídos com base nas diferenças temporárias das receitas financeiras de aplicações financeiras.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
IRPJ		
Receita com energia	61.540	63.027
Presunção IRPJ (8%)	4.923	5.042
Receita financeira	4.790	1.060
Base de cálculo	<u>9.713</u>	<u>6.102</u>
IRPJ 15%	1.619	1.022
IRPJ adicional 10%	947	586
CSLL		
Receita com energia	61.540	63.027
Presunção CSLL (12%)	7.385	7.563
Receita financeira	4.790	1.060
Base de cálculo	<u>12.175</u>	<u>8.623</u>
CSLL 9%	1.184	834
Corrente	3.156	2.442
Diferido	594	-
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>3.750</u>	<u>2.442</u>
Alíquota efetiva	<u>5,65%</u>	<u>3,81%</u>

22. RESULTADO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

Política contábil

O resultado por ação básico é calculado por meio do lucro líquido/prejuízo do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e à média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações, dessa forma, os resultados por ação básico e diluído são idênticos.

Resultado básico e diluído por ação	31/12/2025	31/12/2024
Lucro atribuível aos controladores	39.713	35.624
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	268.067	268.067
Resultado básico e diluído atribuível por ação - R\$	0,148	0,133
Resultado básico e diluído atribuível por ação das operações total- R\$	0,148	0,133

23. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos, adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As modalidades de seguros contratados pela Companhia referem-se principalmente a riscos operacionais com cobertura de lucros cessantes, D&O, responsabilidade civil e seguro garantia referente ao contrato de compra e venda de energia.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Companhia deliberou dividendos no montante 37.727 e em 23 de março de 2026 efetuou o pagamento no montante de R\$ 37.727.

* * *

Francisco Moya Reina

Diretor Presidente

Gabriel Marinho de Farias

Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

Rodrigo Cesar de Moraes

Controller

Fabio Henrique Silva Marques

Contador

CRC SP-315705/O-3